

CLIPPING IMPRESSO

20/08/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 4
1.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	5
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	6 - 7
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CEMULHER.....	8 - 12
2.2. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	13

200 venezuelanos em São Luís

Pelos dados oficiais, houve aumento de 22% no contingente de refugiados; em julho, somavam 156 morando na capital; eles pedem esmolas em vários pontos; força-tarefa foi montada por órgãos. CIDADES 5

DeJesus



Com vasilha na mão, mulher venezuelana, acompanhada de crianças, pede ajuda sentada na porta de estabelecimento comercial situado no bairro Cohatrac; situação é comum em diversos pontos de São Luís

Mais de 200 venezuelanos estão na capital maranhense

Refugiados vivem pedindo esmolas na Ilha, inclusive levando consigo crianças e adolescentes; uma força-tarefa foi montada e um dos objetivos é inserir os estrangeiros “menores de idade” na escola

Até o fim do mês de julho deste ano, foi registrada a presença de 156 refugiados venezuelanos no Maranhão, segundo os dados da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop). Neste mês, os números mais recentes mostram que há, pelo menos, 200 desses estrangeiros circulando, principalmente, nos entornos, canteiros, rotatórias e semáforos da cidade, pedindo ajuda financeira. Um aumento de quase 22% nesse contingente. A maioria deles é criança e adolescente.

A Defensoria Pública do Maranhão (DPE/MA), com apoio da Defensoria Pública da União (DPU), Tribunal de Justiça do Maranhão, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Pastoral da Criança, Universi-

dade Federal do Maranhão (UFMA) e do Governo do Estado e do Município de São Luís, estão realizando uma força-tarefa desde a semana passada. Uma das ações é o trabalho de abordagem aos refugiados.

O defensor público Joaquim Gonzaga Neto, titular do Núcleo da Criança e do Adolescente, informou que somente na semana passada a equipe da força-tarefa realizou mais de quatro abordagens na capital, mas o trabalho vai se estender durante os próximos dias.

Na escola

Uma das novas ações visa inserir as crianças e os adolescentes venezuelanos na escola. “Observamos que muitas crianças e adolescentes estão em situação de mendicância nos semáforos. Então, precisam estudar. As secretarias do Estado e do Município serão acionadas para fazerem parte deste trabalho”, disse Joaquim Gonzaga Neto.

Ele também informou que, caso essa situação persista, as instituições responsáveis podem adotar até mesmo medidas mais duras e uma delas é o recolhimento das

crianças e dos adolescentes a centros de acolhimento, localizados na capital. “No momento, estamos adotando apenas ações de prevenção, para que não seja necessário o recolhimento dessas crianças”, explicou o defensor público.

Ainda segundo Joaquim Gonzaga Neto, a força-tarefa também está trabalhando na busca de um local para que sejam abrigados todos os estrangeiros, pois, no momento, há dois pontos da cidade onde estão recolhidos. Um deles é localizado no Parque Atenas. O outro, no Parque Jair.

Também foi decidida a elaboração de uma cartilha informativa, em espanhol, abordando os direitos e os deveres desses estrangeiros no Brasil. Além disso, vai ser montado um grupo responsável por doações.

“As doações precisam ser qualificadas, principalmente, de alimentos e roupas. A maioria desses estrangeiro é indígena, então, possui uma cultura específica, e não utilizam determinados produtos”, detalhou o defensor público.

Esmolas

Ainda ontem, foi possível encontrar venezuelanos pedindo esmolas no bairro Cohama. Mal o semáforo acendia a luz vermelha, eles iam para avenida em busca de algum trocando dos motoristas. Crianças e adolescentes faziam parte desse grupo.

O cenário era semelhante nos sinais do Cohatrac e Cohab. Os estrangeiros, com cartazes e uma latinha, pediam esmolas a todos que trafegavam na área. Eles até mesmo fazem a sua alimentação nesse local. O Estado tentou manter contato com eles, mas se recusaram a falar sobre o assunto. ●

Há dois pontos da cidade onde estão recolhidos

Força-tarefa realizou mais de quatro abordagens

INGRESSO NO BRASIL

O ingresso dos venezuelanos no Brasil ocorre mesmo com a fronteira fechada pelo presidente Nicolás Maduro desde o dia 21 de fevereiro deste ano. Levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgadas no fim do primeiro semestre deste ano aponta o Brasil como o quinto país do mundo que mais recebeu venezuelanos. De acordo com a entidade, foram 168 mil pessoas. O país é superado por Colômbia, Peru, Chile e Equador. Em sua maioria, os venezuelanos buscaram destinos nas regiões Norte e Nordeste para fugir da situação de calamidade social que vive seu país. Além da baixa oferta de alimentos, a Venezuela sofre com o desemprego e a

desvalorização da moeda.

No Maranhão, esses estrangeiros somente começaram a chegar no mês de maio. Um grupo de aproximadamente 55 estrangeiros, que seria do grupo Warao. Trata-se de uma etnia indígena predominantemente originária do leste do território do país sul-americano. Eles cruzaram o estado do Amazonas e do Pará, chegando a São Luís no último dia 29 de abril, em busca de trabalho temporário, diante da crise econômica e política instaurada em seu país de origem. Os imigrantes foram alojados em um abrigo cedido pela Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias, localizado no bairro Vassoural, em Paço do Lumiar.



Fotos/De Jesus

VENEZUELANOS
pedem esmolas
em pontos de
São Luís



DPE e Judiciário realizam mais de 770 atendimentos

As ações itinerantes ocorreram em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense

Um total de 776 atendimentos foi realizado, na última semana, por meio da parceria entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário voltada a ações itinerantes em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense. Com os esforços das duas instituições, moradores de São João Batista, Mirinzal, Guimarães, Cururupu e Bacuri puderam solucionar conflitos e ter acesso a serviços nas mais diversas áreas de forma ágil e descentralizada.

Os atendimentos prestados à população foram coordenados, nas cinco comarcas, pelos defensores públicos Suzanne Santana Lobo e Gil Henrique Mendonça Faria, do Núcleo Regional da DPE em Pinheiro, e pelo coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, e o ouvidor-geral do Poder Judiciário e presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida. ●

Integra em oestadoma.com/471305



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

CONVOCAÇÃO Nº 01/2019 – TJMA (Repetição)

Pregão Eletrônico nº 49/2018 – SRP

Processo nº 34.510/2018

Objeto: Convocação das empresas constantes no Cadastro de Reserva da ARP nº 120/2018-TJMA, cujo objeto trata-se da contratação de serviços terceirizados e continuados de motorista para a condução de veículos pertencentes à frota do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Documentos:** Apresentação de Proposta de Preço adequada ao vencedor e documentos de Habilitação, conforme consta no Edital PE nº 49/2018; **Prazo:** até 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação do Aviso de Convocação; **Horário:** Das 8h às 17h; **Local:** Sala da Coordenadoria de Licitação e Contratos, Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181 / 3261-6194. São Luís/MA, 19 de agosto de 2019.

Maurício Fernandes Lima – Coordenador de Licitação e Contratos. Matrícula nº 144576



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

Pregão Eletrônico nº (SRP) 42/2019

Processo nº 19.457/2019

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual de empresa especializada na prestação de serviços planejamento, organização, coordenação, execução e acompanhamento de eventos do Tribunal de Justiça do Maranhão; **Abertura:** 02/09/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br; Fone: (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 20 de agosto de 2019. Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.

Quase cinco mil processos de violência doméstica tramitam no Fórum de São Luís

Tramitam, atualmente, na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instalada no Fórum Sarney Costa, 4.858 processos ativos. A informação foi confirmada no primeiro dia da 14ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovida em todo o Brasil, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **PÁG 1 (C2)**

Quase cinco mil processos de violência doméstica tramitam no Fórum Sarney Costa

Nesta semana, está sendo realizado o programa Justiça pela Paz em Casa, quando deverão acontecer 290 audiências de agressões em ambiente familiar

Fez parte da programação o julgamento de Raimundo Nonato, acusado de matar atropelada sua esposa, Luciene dos Santos, no ano de 2017

LUCIENE VIEIRA

Tramitam, atualmente, na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instalada no Fórum Desembargador Sarney Costa, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, no Calhau, 4.858 processos ativos. A informação foi repassada pela titular da Vara, a juíza Rosária Almeida Duarte, durante o primeiro dia da 14ª Semana da Justiça pela Paz em Casa, promovida em todo o Brasil, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O programa, segundo a juíza Rosária Duarte, visa dar celeridade aos feitos originários da violência doméstica e familiar contra a mulher. A titular da 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher disse que no Maranhão os trabalhos são coordenados pela Coordenadoria Estadual da Mulher, em situação de violência doméstica e familiar, cuja presidente é a desembargadora Ângela Salazar. Na 1ª Vara, durante esta semana estão sendo designadas 290 audiências de instrução de julgamento. O mutirão funciona em seis salas distintas, com seis promotores de Justiça, seis juízes e seis defensores públicos.

“O nosso objetivo é ouvir todas as pessoas envolvidas no processo. Comparecendo todas as pessoas interessadas ou inseridas no processo, elas serão inqueridas e, em seguida, tanto o Ministério Público, quanto a defesa oferecerão alegações finais e a sentença já sai em banca”, informou Rosária Duarte.

A juíza reafirmou que o mutirão de audiência, realizado dentro da semana Justiça pela Paz em Casa, ajuda na celeridade, devido existir sempre uma demanda muito grande de processo na Vara.

Sobre os tramites policiais e da Justiça até que uma audiência de violência doméstica seja realizada, Rosária Duarte informou que as vítimas comparecem à qualquer delegacia, registram um Boletim de Ocorrência, e pedem por medidas protetivas – existe uma Vara só para conceder Medidas Protetivas de Urgência (2ª Vara, que fica na Casa da Mulher Brasileira).

Na delegacia, o inquérito é instaurado e enviado para o Fórum; os autos são encaminhados para os promotores de Justiça, que por

sua vez oferecerão a denúncia ou vão requerer alguma diligência.

Na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, nos casos de denúncia, segundo a juíza, os acusados são convidados a apresentar suas defesas. “As preliminares são analisadas e depois são designadas as audiências de instrução, e posteriormente a sentença”, disse a juíza.

O PROGRAMA

O programa Justiça pela Paz em Casa é promovido pelo CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

Iniciado em março de 2015, o Justiça pela Paz em Casa conta com três edições de esforços concentrados por ano. As semanas ocorrem em março – marcando o dia das mulheres -, em agosto – por ocasião do aniversário de sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) -, e em novembro

– quando a ONU estabeleceu o dia 25 como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

O programa também promove ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

JULGAMENTO

Ontem (19), devido ao primeiro dia desta semana das atividades do programa Justiça pela Paz em Casa, foi realizado o julgamento de Raimundo Nonato do Carmo Santos, acusado de matar atropelada sua esposa, Luciene dos Santos Lima. O crime ocorreu no dia 31 de janeiro de 2017, na frente da residência do casal, na Vila Natal, em Pedrinhas.

O julgamento foi presidido pelo juiz Gilberto de Moura Lima, no Fórum, e começou às 8h30, tendo entrado pela noite. O júri de feminicídio integra a pauta da Semana do Programa Nacional Justiça pela Paz em Casa.

Haverá outros dois julgamentos na semana (dias 21 e 23), no 3º Tribunal do Júri.

Consta nos autos que o denunciado, após discutir com a esposa, procurou sair da residência com seu carro. A vítima, tentando deter o marido, aproximou-se do veículo, desequilibrou-se e caiu, e o acusado passou com o carro por cima da mulher por duas vezes.

FOTOS: FRANCISCO SILVA



Diversas audiências foram realizadas durante o primeiro dia da Semana da Justiça pela Paz em Casa, no Fórum Desembargador Sarney Costa



Nessa segunda-feira, aconteceu ainda o julgamento de Raimundo Nonato do Carmo, acusado de atropelar e matar a sua mulher

Defensoria e Judiciário realizam mais de 770 atendimentos em ações itinerantes na Baixada

Um total de 776 atendimentos foi realizado, na última semana, por meio da parceria entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e o Poder Judiciário voltada a ações itinerantes em cinco comarcas da região da Baixada Maranhense. Com os esforços das duas instituições, moradores de São João Batista, Mirinzal, Guimarães, Cururupu e Bacuri puderam solucionar conflitos e ter acesso a serviços nas mais diversas áreas de forma ágil e descentralizada. Os atendimentos prestados à população foram coordenados, nas cinco comarcas, pelos defensores públicos Suzanne Santana Lobo e Gil Henrique Mendonça Faria, do Núcleo Regional da DPE em Pinheiro, e pelo coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, e o ouvidor-geral do Poder Judiciário e presidente do Nupemec, desembargador

José Luiz Almeida.

As atividades, realizadas nas unidades móveis das duas instituições, ofertaram serviços como renegociação de dívidas, consulta processual, orientação jurídica, divórcio, pedido de pensão alimentícia, coleta de DNA para investigação de paternidade, solicitação de guarda, dentre outras demandas relacionadas a direito do consumidor, família e problemas de vizinhança. Puderam receber atendimento todos os cidadãos ou as partes interessadas em resolver demandas processuais, já com ação judicial em trâmite, ou pré-processuais, sem ação judicial, portando documentos pessoais e comprobatórios da demanda.

RESOLUÇÃO

A facilidade no atendimento foi um dos principais fatores que levou Cristina Batista a

buscar os serviços da ação. “Eu precisava de um divórcio, mas não tinha condição de pagar um advogado. Aqui eu pude fazer de graça. Fiquei muito satisfeita e só tenho a agradecer por tudo”, disse. A possibilidade de realização do reconhecimento de paternidade também atraiu muitos assistidos. Esse foi o caso de José Ribamar Reis e seu filho Anderson de Jesus Ribeiro Reis, de 32 anos. O pai contou que não havia registrado o filho até então por não ter condições financeiras de pagar os emolumentos cartorários. Já o filho tinha o sonho de ter o sobrenome do pai registrado e colocá-lo no nome de seu bebê. Segundo o defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, o quantitativo de atendimentos e a satisfação dos assistidos demonstram a importância das ações

itinerantes. “Como instituição essencial na promoção dos direitos humanos e na defesa dos direitos individuais e coletivos, é fundamental que realizemos ações desse tipo e, assim, possamos chegar cada vez mais perto do cidadão, mesmo onde não tem Defensoria instalada. Essa parceria com o Judiciário possibilitou a muitas pessoas resolver demandas, com rapidez e praticidade, para as quais elas buscavam solução há anos”, disse o gestor. Em Bacuri, a população ficou tão satisfeita com a ação que solicitou, ao final dos atendimentos, a instalação de um núcleo da Defensoria Pública do Estado no município. Para isso, um grupo de assistidos organizou e entregou à equipe da ação um abaixo-assinado com o pedido.